

BTGI VII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A BTGI VII Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 02 de junho de 2014 e tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, bem como a prestação de serviços administrativos e a gestão e a comercialização de bens próprios. A companhia está sediada na Rua da Consolação, nº 2.825, 2º andar, conj. 21, bairro Cerqueira César, CEP 01416-001.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem como principal acionista o Fundo de Investimento em Participações Turquesa – Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP Turquesa”).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de abril de 2023.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os ativos e passivos estão mensurados, principalmente, pelo valor justo, e os ativos e passivos que não estão ao valor justo estão registrados a valores que se aproximam do valor justo devido ao curto prazo de vencimento.

Continuidade

Em 4 de março de 2020, a Leader, contraparte de certificados de crédito bancário da Companhia, divulgou que sua administração decidiu pelo pedido de recuperação judicial, alegando não ser capaz de vislumbrar perspectivas para sua continuidade operacional, tampouco obter novos recursos para continuidade do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial. Em 28 de fevereiro de 2020, foi concluída a venda da Leader para o atual presidente da empresa, André Peixoto.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro 2020, a Companhia registrou prejuízo no valor R\$516.410 referente basicamente aos *impairments* dos certificados de créditos bancários, tendo como emissores: Leader e Legion I Participações LTDA (“Legion”), e cedentes: Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Modal S.A. Dado os constantes *impairments* registrados, a Administração da Companhia concluiu que os certificados de créditos bancários detidos pela mesma, tinham alta exposição ao risco de não serem recebidos e por isso foram marcados a zero.

A Administração da Companhia realiza monitoramento contínuo dos indicadores financeiros e tem capacidade de operar nos próximos 12 meses. Adicionalmente, o Grupo BTG Pactual possui capacidade e intenção de prover o suporte financeiro necessário para a continuidade da Companhia, caso necessário. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas

BTGI VII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio

Julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça estimativas e premissas que podem afetar os saldos reportados dos ativos e passivos e a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, assim como os montantes reportados de receitas e despesas durante o exercício. As estimativas são baseadas na experiência histórica e vários outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis segundo as circunstâncias, os resultados que formam a base para os julgamentos sobre valores contábeis de ativos e passivos, os quais não são determinados através de outras fontes. Os resultados reais poderão diferir dessas estimativas.

Sazonalidade das transações

Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Consequentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia.

BTGI VII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3. Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas.

b. Instrumentos financeiros

Tendo em vista que o CPC 48 foi adotado pela Companhia em 1 de janeiro de 2018, todos os ativos e passivos da Companhia estão registrados conforme as respectivas práticas, essa seção descreve as práticas contábeis decorrentes da adoção do CPC 48.

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos ou passivos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais eles foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido além do seu fluxo de caixa contratual.

A Companhia realizou uma análise de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção da CPC 48 são:

- A categoria de classificação de Empréstimos e Recebíveis deixou de existir.
- Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros:
 - (a) Ativos financeiros ao custo amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Recebíveis, foram contabilizados nesta categoria;
 - (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; e

BTGI VII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- (c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A Companhia designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida:

Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizadas são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizadas, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como “Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

BTGI VII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo:

- Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e;
- Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

O CPC 48 introduziu o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo sofre alteração de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriora. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior, a menos que seja um ativo financeiro originado com problemas de recuperação de crédito.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios, conforme abaixo:

- Estágio 1 - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito e sem problemas de recuperação de crédito na originarção;
- Estágio 2 - Perdas permanentes de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro: Aplicável aos ativos financeiros com um aumento significativo no risco de crédito, mas que não foram originados com problemas de recuperação.
- Estágio 3 - Perdas permanentes de crédito esperadas para ativos com problemas de recuperação de crédito: Aplicável aos ativos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito devido à ocorrência de um ou mais eventos que tenham um impacto prejudicial nos fluxos de caixas futuros estimados desse ativo. Para ativos financeiros que não são originados com problemas de recuperação, mas que posteriormente se tornaram com problemas de recuperação, difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) em vez do valor contábil bruto.

BTGI VII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

Mensuração

Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimentos e são mensuradas conforme a seguir:

- Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo a diferença entre o fluxo de caixa devido a entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a companhia espera receber);
- Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro;
- Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido a companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a companhia espera receber; e
- Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a companhia espera recuperar. Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros.

As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são:

- a baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado;
- o não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal;
- a deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional;
- o descumprimento de *covenants*;
- a mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e

BTGI VII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- a liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador.

Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, essas mesmas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como “perdas acumuladas por redução ao valor recuperável”. Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado.

A Companhia deve baixar o valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles.

Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este *input* é utilizado. Caso contrário, a Empresa determina um nível adequado para a entrada do *input*.

c. Reconhecimento de receitas e despesas

A receita de juros e as despesas gerais e administrativas são reconhecidas com base no regime de competência através do método da taxa efetiva.

Os juros provenientes de ativos financeiros são reconhecidos quando é provável que benefícios econômicos serão transferidos para a Companhia e quando possam ser mensurados de forma confiável.

d. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

BTGI VII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

i) Contingências ativas – Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

ii) Contingências passivas – São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

e. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240.000 e de 9% para contribuição social, sobre a base determinada conforme acima.

4. Gerenciamento de risco

a. Risco de mercado

O Gerenciamento de Riscos no BTG Pactual é realizado mediante o envolvimento de todas as instâncias de gestão e de controle da Instituição. O Conselho de Administração do Banco, nos termos da Resolução CMN 4.557/2017, é a instância responsável por fixar os níveis de apetite por riscos, aprovar e revisar as políticas, as estratégias e os limites de riscos, as políticas e as estratégias de gestão de capital, o programa de testes de estresse, a gestão da política de gestão da continuidade dos negócios, entre outras atividades. À Diretoria Executiva cabe formular políticas, definir diretrizes de riscos e supervisionar os processos de gestão e controles de riscos. Na sequência, há um conjunto de comitês e áreas de riscos, encarregados da execução de atividades de gestão e de controles de riscos.

BTGI VII Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os principais comitês/áreas envolvidas em atividades de gestão de risco são: (i) Reunião de Diretoria, que aprova as políticas, define limites globais e é o último responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de risco, que avalia políticas, limites e monitoramento de risco; (iii) Comitê de capital e risco, composto por membros independentes que avaliam os resultados da gestão do risco e estratégias; (iv) Comitê de Novos Produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (v) Área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso Chief Risk Officer (“CRO”); (vi) área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (VaR), e para a aprovação de exceções; (vii) área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas estabelecidas e limites regulatórios; (viii) Comitê de Compliance, que é responsável por estabelecer regras de Anti Money Laundry (“AML”) e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (ix) Chief Risk Officer (“CRO”) e CRO, que são responsáveis por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (x) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e avaliação quanto à manutenção dos registros contábeis. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de risco podem ser consultados no site www.ri.pplparticipations.com, na seção Governança Corporativa/ Gerenciamento de Risco.

O Grupo BTG monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos comitês/áreas (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Banco são compostas de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio.

b. Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição de ativos financeiros estavam concentrados no Brasil, no setor bancário.

c. Análise de liquidez de ativos

Em mercados voláteis ou quando a negociação de um título no mercado é prejudicada, a liquidez das posições da carteira da Companhia pode ser reduzida. Nesses casos, a Companhia pode não ser capaz de vender alguns ativos, o que afetaria adversamente sua capacidade de equilibrar sua carteira ou de atender a solicitações de resgate. Além disso, tais circunstâncias podem forçar a Companhia a vender ativos a preços reduzidos, afetando adversamente seu desempenho. Se não houver outros participantes do mercado para vendê-los ao mesmo tempo, a Companhia pode não ser capaz de vender esses ativos ou de evitar perdas referentes a eles. Se a Companhia apurar perdas substanciais na negociação, a necessidade de liquidez poderia aumentar consideravelmente enquanto o seu acesso à liquidez poderia ser prejudicado. Juntamente com uma recessão no mercado, as contrapartes da Companhia poderiam incorrer em perdas, enfraquecendo sua condição financeira e aumento o risco de crédito da Companhia a elas.

BTGI VII Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

De acordo com sua política, a Companhia monitora regularmente a posição de liquidez. A tabela abaixo resume a expectativa de fluxos de caixa para os ativos da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

| | 2022 | | | |
|---|-------------|------------------|---------------|--------------|
| | Até 90 dias | De 90 a 365 dias | Após 365 dias | Total |
| Ativo | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1 | - | - | 1 |
| Ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de resultado | - | 674 | - | 674 |
| Outros ativos | - | - | 2.158 | 2.158 |
| Total do ativo | 1 | 674 | 2.158 | 2.833 |
| | | | | |
| | 2021 | | | |
| | Até 90 dias | De 90 a 365 dias | Após 365 dias | Total |
| Ativo | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | - | - | 4 |
| Ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de resultado | - | 313 | - | 313 |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | - | - | - | - |
| Outros ativos | - | - | 3.360 | 3.360 |
| Total do ativo | 4 | 313 | 3.360 | 3.677 |

d. Risco de liquidez

A tabela abaixo resume o fluxo de caixa contratual para os passivos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

| | 2022 | | | |
|-------------------------|-------------|------------------|---------------|------------|
| | Até 90 dias | De 90 a 365 dias | Após 365 dias | Total |
| Passivo | | | | |
| Outros passivos | - | 425 | - | 425 |
| Total do passivo | - | 425 | - | 425 |
| | | | | |
| | 2021 | | | |
| | Até 90 dias | De 90 a 365 dias | Após 365 dias | Total |
| Passivo | | | | |
| Outros passivos | - | 375 | - | 375 |
| Total do passivo | - | 375 | - | 375 |

BTGI VII Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Refere-se a depósitos bancários no Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$1 (31 de dezembro de 2021 - R\$4).

6. Ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de resultado

| | Emissor | Indexador | 2022 | | 2021 | |
|-------------------------------------|------------------------|-----------|--------------|------------|--------------|------------|
| | | | Prazo máximo | Valor | Prazo máximo | Valor |
| Certificados de Depósitos Bancários | Banco BTG Pactual S.A. | 100% CDI | 21/12/2023 | 340 | 17/06/2022 | 313 |
| Operações compromissadas | VALE S.A | 100% CDI | 08/03/2023 | 334 | - | - |
| Total | | | | 674 | | 313 |

Os ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de resultado encontram-se classificados como nível 1 na hierarquia de valor justo, estando indexados a 100% do CDI.

7. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica é composta por cédulas de crédito bancário, que tem como emissores: Leader e Legion I Participações LTDA (“Legion”), e cedentes: Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Modal S.A., no valor de R\$1.538.237 e uma perda por impairment no mesmo valor. As cédulas de crédito bancário possuem vencimento máximo em 23 de março de 2024, com taxa pós-fixada indexada a 100% do CDI mais 2,65% a.a. a 4,0% a.a., ou taxa pós-fixada que varia de 122% a.a a 142% a.a do CDI.

Apesar de em 4 de março de 2020, a Legion, emissora das cédulas de crédito bancários, divulgou o pedido de recuperação. As dívidas não bancárias da empresa, contraídas antes de 2016, foram equacionadas com a colaboração de seus fornecedores através do Plano de Recuperação Extrajudicial e vinham sendo pagas regularmente, desde 2016. Porém, as projeções que sustentavam esse pagamento e o pagamento da dívida bancária não se confirmaram. Diante disso, a Administração decidiu por baixar o recebível contra resultado.

Durante o ano de 2022 a Companhia recebeu parte referente da cédula de crédito bancário, no montante de R\$8.398, revertendo o mesmo valor do impairment contra resultado gerando lucro no exercício conforme descrito na nota 15. O valor total da dívida inicial do CCB é de R\$ 1.546.636, sendo esta posição totalmente baixada para prejuízo.

BTGI VII Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica era composta basicamente por créditos referente a pedidos de restituição de impostos (IR e CSLL).

9. Outros passivos

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Provisão de honorários advocatícios | 416 | 375 |
| Outros passivos | 9 | - |
| Total | <u>425</u> | <u>375</u> |

10. Patrimônio líquidoa) Capital social e reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui um capital social de R\$1.000 (31 de dezembro de 2021 – R\$80.800), composto por 1.103.333.837 ações ordinárias (31 de dezembro de 2021 - 1.103.333.837 ações ordinárias), totalmente subscritas e integralizadas.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 31 de maio de 2022, foi aprovado a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 77.603, desta forma o capital social que era de R\$80.800 passa para R\$3.197.

Em assembleia geral extraordinária realizada em julho de 2022, foi aprovado a redução do capital social da Companhia no valor de total de R\$2.197, sendo sua totalidade distribuída em dinheiro para os acionistas, desta forma o capital social que era de R\$3.197 passa para R\$1.000. Totalizando no exercício uma redução de capital de R\$79.800.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 21 de junho de 2021, foi aprovado a redução do capital social da Companhia no montante total de R\$7.700, sendo sua totalidade distribuída sem cancelamento de ações em forma de pagamento em dinheiro aos acionistas.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social.

c) Distribuição de lucros

BTGI VII Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável.

Em 14 de junho de 2022, a Companhia deliberou e pagou R\$ 7.405 utilizando-se da conta de reserva de lucros.

11. Resultado com ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|------------------------------------|-------------------|------------------|
| Operações compromissadas | 225 | 8 |
| Certificado de depósitos bancários | 33 | 10 |
| Total | <u>258</u> | <u>18</u> |

12. Outras receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica era composta em sua totalidade por atualização de impostos a compensar.

13. Despesas administrativas

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Provisão de honorários advocatícios | 41 | 15 |
| Despesas de serviços técnicos e especializados | 57 | 96 |
| Despesas de publicações | 23 | 15 |
| Outros | 1 | 6 |
| Total | <u>122</u> | <u>132</u> |

14. Despesas tributárias

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--------------|------------------|-----------------|
| Cofins | 19 | 5 |
| PIS | 3 | 1 |
| Total | <u>22</u> | <u>6</u> |

15. Outros resultados operacionais

Em 31 de dezembro de 2022, houve reversão do *impairment* das cédulas de crédito bancário em decorrência do recebimento no montante de R\$ 8.398 (R\$7.664 em 31 de dezembro de 2021). Esses créditos estavam totalmente provisionados por possuírem baixa expectativa de recebimento pela Companhia, devido à situação atual do devedor.

BTGI VII Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 31 de dezembro de 2022, a posição da cédula de crédito, classificada no ativo, era no montante de R\$ 1.538.237 com provisão de igual valor.

16. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado e o saldo dessas operações estão refletidos nas seguintes contas:

| | Coligadas (i) | |
|---|---------------|------------|
| | 2022 | 2021 |
| Ativo | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1 | 4 |
| Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado | 674 | 313 |
| Total ativos | 675 | 317 |
| | | |
| | Coligadas (i) | |
| | 2022 | 2021 |
| Resultado do exercício | | |
| Resultado com ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de resultado | 258 | 18 |
| Total receitas | 258 | 18 |

(i) Banco BTG Pactual S.A

Não houve remuneração de pessoal chave da Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

17. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

A Administração da Companhia avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra as empresas e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da Administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos e externos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figura como parte em processo tributário com probabilidade de êxito possível, o qual não está provisionado. Segue abaixo a descrição do processo:

Em março de 2020, a BTGI VII Participações recebeu auto de infração que visa a cobrança de IRPJ e CSLL sobre o ganho de capital na venda das ações da Rede Do'r em 2015, no valor de 456 milhões. Em abril de 2020, a BTGI VII apresentou recurso na segunda instância administrativa, o qual aguarda julgamento.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui passivos contingentes classificados como perda provável.

BTGI VII Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18. Imposto de renda e contribuição social

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|-------------|-------------|
| Resultado antes da tributação sobre lucros e participações | 8.734 | 7.654 |
| Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes | (2.970) | (2.602) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 2.855 | - |
| Outras provisões indedutíveis | (14) | - |
| Outras inclusões permanentes | 86 | 2.601 |
| Constituição sobre prejuízo fiscal de IR e base negativa de CSLL | 16 | 1 |
| Total | (26) | - |

19. Resultado por ações

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|--------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício | 8.708 | 7.654 |
| Quantidade de ações no exercício | 1.103.334 | 1.103.334 |
| Lucro líquido por lote de mil ações (em Reais) | 0,008 | 0,007 |